

# A CONSTITUIÇÃO DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E OS TRABALHADORES DO SAMBA

*Máslova T. Valença\**

*Abstract*

*This article deals with the situation of the workers toiling in the Samba Schools' sheds in the city of Rio de Janeiro, facing the process of consolidation of a flexible accumulation pattern . It analyzes the crisis of Fordism and the constitution of that pattern of flexible accumulation, focusing on the strategic importance of culture in this new stage of capitalist development. It points out the impacts of the constitution of this new accumulation pattern on the forms of work organization, and examines how the new labor market configuration interferes with workers' human dimension.*

*Keywords: Work; Flexible Accumulation; Cultural Industry; Qualification; Alienation.*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta parte do conteúdo da dissertação de mestrado A escola dos trabalhadores do samba: um estudo sobre trabalho e educação no barracão do Império Serrano<sup>1</sup>, defendida em janeiro de 2005, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. A referida dissertação traz os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo verificar o modo como os trabalhadores dos barracões das escolas de samba do Rio de Janeiro vinham sendo formados, a partir das condições específicas do desenvolvimento do seu trabalho.

Considerando que o entendimento da educação em um dado momento histórico exige a compreensão das formas de produção que se constroem nesta realidade, procuramos articular os dados da pesquisa empírica com o contexto mais amplo de consolidação do padrão de acumulação flexível. Essa exigência nos conduziu a um estudo da forma como esse padrão de acumulação vem se organizando, particularmente no que se refere à situação do trabalho e dos trabalhadores.

A definição desse quadro teórico também nos auxiliou a melhor compreender as articulações entre as dimensões culturais e econômicas presentes na organização e na apresentação das escolas de samba. Situada no contexto de uma mudança de padrão de acumulação do modo de produção capitalista, a espetacularização do desfile estaria associada a uma redefinição do próprio "lugar" da cultura na sociedade contemporânea.

Neste artigo trazemos para o debate possíveis articulações entre a caracterização do padrão de acumulação flexível, realizada por diferentes autores, e a situação concreta vivida pelos trabalhadores do barracão. Assim, nosso tema central serão as transformações socioeconômicas e culturais que tiveram início a partir dos anos de 1970 e seus impactos nas formas de organização do trabalho no barracão. A primeira parte do texto é dedicada à análise da crise do padrão de acumulação fordista, que dominou o ocidente por cerca de cinquenta anos, e à caracterização do novo padrão de acumulação que emerge de tal crise. Dedicamos, ainda, um espaço para a compreensão do papel fundamental da cultura no atual momento histórico, no qual a lógica da mercadoria incorpora novas esferas da vida humana.

A segunda parte do texto trata dos impactos das referidas transformações sobre o trabalho e sobre os trabalhadores. Nela, realizamos uma análise da situação do mercado de trabalho, com especial destaque para a ampliação do desemprego estrutural, a precarização do emprego e a perda de direitos sociais e trabalhistas. Verificamos, ainda, como a nova configuração do mercado de trabalho interfere na dimensão humana do trabalhador e discutimos a questão da alienação presente nas novas formas de organização do trabalho. Na última parte do texto trazemos alguns dados da pesquisa empírica que nos possibilitaram compreender a forma como os trabalhadores do barracão movimentam-se em tal realidade. Verificamos, então, em que medida os elementos distintivos do padrão de acumulação flexível afetam o dia-a-dia de trabalho desses profissionais e quais são as suas estratégias para lidar tais elementos.

## A CRISE DO FORDISMO E A CONSOLIDAÇÃO DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

A compreensão em profundidade de um conjunto de transformações que se puseram em curso globalmente no final do século passado não tem sido tarefa simples para estudiosos de vários campos do conhecimento. As diferentes formas de apreender tal realidade expressam não apenas a complexidade e a extensão das mudanças

socioeconômicas e culturais, mas também a existência de um campo de disputas teóricas e políticas. Frigotto (2001) recorre à imagem de um labirinto teórico para caracterizar essa situação. Para ele,

todos os referenciais teóricos se encontram em crise face às mudanças bruscas, sem precedentes, das relações sociais capitalistas de final de século. Vale dizer, suas categorias analíticas estão estremecidas porque não dão conta de apreender a materialidade das mediações e das determinações constitutivas das relações sociais no interior de uma nova sociabilidade do capital. (FRIGOTTO, 2001)<sup>2</sup>

Em meio às dificuldades de compreensão de uma realidade em rápida mutação, tem-se afirmado uma série de concepções que procuram substituir a narrativa histórica por uma espécie de caleidoscópio que comporta as mais variadas narrativas. Para Bueno (2003)<sup>3</sup>, a defesa da diferença e da mistura é uma das principais características dessa forma de pensamento: imagina-se um sujeito sempre plural, mutável e sem identidade fixa que vive ao sabor das oportunidades proporcionadas por um cotidiano cheio de possibilidades; afirma-se que não há apenas uma cultura e uma civilização, mas culturas e civilizações diferentes; criase um cenário no qual não há conflitos ou problemas na medida em que tudo é tirado de contexto e tornado simplesmente linguagem, texto, discurso, imagem, desejo, etc. Essa variedade de leituras possíveis acaba por integrar-se à própria realidade dificultando ainda mais a sua apreensão. A propósito, uma das peculiaridades desses novos discursos é a afirmação da impossibilidade de apreender a realidade na medida em que ela não é vista como a realidade, mas como uma entre as várias realidades possíveis.

As teses expressas nesses discursos acabam por assumir um caráter conservador pois baseiam-se em uma forma de compreender a sociedade e as relações que se estabelecem em seu interior como fatos estabelecidos: imutáveis e indiscutíveis. Demonstram confiança e otimismo diante do atual avanço tecnológico, propagandeando os benefícios trazidos pela “sociedade do conhecimento” ou pela “sociedade pós-industrial”, como se tal avanço fosse um estágio alcançado homogeneamente por toda a sociedade.

Frigotto (2001) estranha que a afirmação dessas teses se dê justamente em um momento histórico no qual a natureza violenta e excludente do capital se manifesta de maneira tão candente. E insiste sobre a necessidade de analisar as bases materiais e históricas onde essas teses se constroem.

É, pois, sob as novas formas de sociabilidade do capital e as determinações históricas que as produzem, que encontramos o chão onde o pensamento pós-moderno ganha compreensão. Nos termos daquilo que Marx nos lega em sua análise materialista histórica, não é a consciência que cria a materialidade social das noções do pós-modernismo; pelo contrário, é a partir da materialidade do capitalismo atualmente vigente que o pensamento pós-moderno se forja, tornando-se este modo de pensamento, ele próprio, um elemento material desta realidade. O desafio da consciência ou do pensamento é o de transcender o mundo fenomênico imediatamente perceptível, ou as visões mistificadoras da ideologia burguesa, e apreender as mediações e/ou as determinações que estão trazendo mudanças na forma social que assume, hoje, o capital.

(FRIGOTTO, 2001.)<sup>4</sup>

As dificuldades verificadas no campo teórico relacionam-se, para além de sua aparência, a uma crise do padrão de acumulação fordista que dominou o ocidente por cerca de cinquenta anos. O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, marcou o início do ciclo virtuoso do padrão de acumulação fordista que afetou todas as esferas da vida social e se estendeu mais ou menos até os últimos anos da década de 1960. A economia capitalista, sustentada, inicialmente, pelos vultosos investimentos norte-americanos na reconstrução dos países europeus devastados pela guerra, e, em seguida, pelo forte crescimento do consumo de bens promovido por índices de emprego favoráveis e por uma sistemática distributiva de renda, alcançaria patamares produtivos jamais conseguidos anteriormente.

O padrão de acumulação fordista, baseado na associação entre produção e consumo de massa, e em uma série de regulamentações que visavam unificar capital, trabalho e Estado para garantir esse fim, caracterizou-se não apenas por suas especificidades enquanto sistema de produção<sup>5</sup> mas por todo um modo de vida que se estabeleceu em torno dele. O domínio do fordismo, enquanto padrão de acumulação, possibilitou o desenvolvimento sustentado da economia mundial por várias décadas, tendo o seu auge se verificado no pós-guerra, já que, a partir de então, o Estado passou a garantir, de um lado, investimentos públicos em setores vitais para a expansão da produção e, de outro, benefícios sociais à população, ampliando a sua capacidade de consumo. O sucesso do fordismo foi ainda favorecido pela instituição de um amplo mercado de consumo constituído pela força de trabalho a seu serviço, que emergia nesse contexto como um grupo privilegiado pelos altos salários que recebia, pelas economias devastadas pela guerra e por um surto de expansão do capitalismo pelas ex-colônias da África e da América Latina.

Para Hobsbawm (1995)<sup>6</sup>, o fato de o capitalismo ter conseguido superar em pouco tempo a conjuntura anteriormente adversa baseou-se na adoção de uma política econômica calcada na forte presença do Estado em todos os setores produtivos e na vida social. O Estado de Bem-Estar Social, como ficou conhecido, distribuiu para a sociedade parte da riqueza acumulada, a partir da criação e da manutenção de um complexo sistema previdenciário e de seguro desemprego, de um sistema de saúde, de um sistema educacional e de um sistema de transporte em grande parte subsidiado. Os ideólogos do Estado de Bem-Estar Social entendiam que, ao atender as demandas elementares das classes médias e de parte significativa da classe trabalhadora, o excedente da renda dessas classes seria transferido para o consumo de mercadorias.

A crise do petróleo de 1973, entretanto, fragilizou a economia dos principais países capitalistas europeus, que amargaram uma forte recessão. Esse quadro favoreceu o ocaso da expansão baseada no padrão de acumulação fordista e no Estado de Bem-Estar Social e a ascensão das idéias neoliberais, representada pela premiação de Friedrich Von Hayek com o Nobel de Economia, em 1974, e a de Milton Friedman, em 1976, ambos “teólogos econômicos ultraliberais”. O domínio de políticos defensores da economia de livre mercado tais como Margareth Thatcher, na Inglaterra, Ronald Reagan, nos EUA, e Helmut Kohl, na Alemanha, favoreceu as profundas mudanças que se verificaram na economia mundial. Primeiramente nesses países, e posteriormente em quase todos os do bloco ocidental, os sistemas de saúde e de educação deixaram de ser universais, os subsídios para o transporte foram retirados e a legislação foi profundamente reformada, flexibilizando conquistas históricas nas áreas previdenciária, trabalhista e sindical.

Para Harvey (1993),

[...] as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.<sup>7</sup>

Dentre essas experiências encontrase a que foi desenvolvida no Japão e que apresenta um conjunto de características que a tornaram uma referência quando se pensa em modelos alternativos ao fordismo. Denominado toyotismo, o modelo japonês combinava o uso intensivo de tecnologia de ponta, terceirização e flexibilidade para se ajustar a diferentes demandas. Desenvolvido originariamente na fábrica de automóveis da Toyota, pelo engenheiro Taiichi Ohno, o toyotismo surgiu, a princípio, como solução para as dificuldades enfrentadas pelo país nos anos de 1940/1950, quando este encontrava-se destruído pela guerra.

Confrontado com o método desenvolvido por Henry Ford, nos EUA, o método criado por Ohno diferencia-se sobretudo pela produção de séries restritas de produtos diferenciados, em contraste com a produção de um mesmo produto em larga escala. Também se diferencia organizativamente por optar por “ilhas” de produção, abandonando as famosas “linhas” de produção do fordismo. Finalmente, enquanto o fordismo se apoiou em uma maquinaria baseada na eletromecânica, tecnologia característica da segunda revolução industrial, o desenvolvimento da microeletrônica possibilitou que a maquinaria adotada pelo toyotismo conferisse à produção uma flexibilidade e uma proximidade da artesanaria antes inimagináveis. Desse modo, dispensando a estocagem de matéria-prima e de mercadorias, e com capacidade para entregar no menor tempo a mercadoria, os produtos japoneses invadiram o mercado mundial, tornando a economia de seu país extremamente competitiva.

Na análise do surgimento do toyotismo, convém lembrar que as mudanças nos sistemas de produção não são fruto de simples desejos humanos. Muito pelo contrário, elas são gestadas em contextos históricos particulares, produzindo no curso do seu desenvolvimento novas formas de existência da humanidade. Gramsci (1976)<sup>8</sup> percebeu como poucos essa relação entre as formas de produção da existência humana e o modo como se organizam as relações sociais mais amplas. No texto “O americanismo e o fordismo”, apontou de forma clara essa relação, ao identificar como as formas de organização da produção industrial que viriam a constituir o padrão de acumulação fordista exigiram, para serem implantadas, a constituição de um novo tipo de homem e de um novo tipo de sociedade. Segundo suas palavras:

A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como ‘sociedade civil’, através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio. (GRAMSCI, 1976.)<sup>9</sup>

Para Gramsci, as mudanças demandadas para a consolidação do fordismo não se referiam apenas ao âmbito do

Estado e da estrutura geral da sociedade, mas também à construção de um novo tipo de homem. Para ele *“a vida na indústria exige um tirocínio geral, um processo de adaptação psicofísica para determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é inato, ‘natural’, mas requer uma assimilação.”* (GRAMSCI, 1976.)<sup>10</sup>

Com a expressão “a hegemonia vem da fábrica,” o autor acentuou o papel primordial que a produção exerce na vida dos homens, ajudando-nos a compreender o conceito de padrão de acumulação, tal como utilizado por Rodrigues (1998)<sup>11</sup>, como toda a conformação social que se organiza a partir do sistema de produção no sentido de permitir a acumulação do capital. Nesse sentido, a implantação de um padrão de acumulação deve ser compreendida como resultado da articulação de elementos socioculturais e políticos diversos e não apenas como decorrência da adoção de inovações tecnológicas no processo produtivo. Com base nesse entendimento estaremos considerando a acumulação flexível como um padrão cuja lógica, embora tenha nos processos de produção flexíveis o seu chão, ultrapassa os muros das fábricas e se expande para toda a sociedade. Para Harvey (1993) a acumulação flexível:

é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.<sup>12</sup>

Esta caracterização permite uma visão panorâmica da situação. Entretanto, importa-nos mais diretamente compreender o lugar da indústria cultural nas sociedades marcadas pela emergência do padrão de acumulação flexível. Isso porque a análise dessa questão vincula-se a uma particularidade deste padrão, ressaltada por Harvey (1993)<sup>13</sup>, que consiste em uma aceleração no ritmo de inovação dos produtos, acompanhada de uma redução do tempo de giro do consumo. Isso significa que o tempo de vida útil dos objetos tende a se reduzir consideravelmente, pois o contínuo lançamento de novos produtos torna os modelos mais antigos obsoletos, antes mesmo de terem alcançado um grau de desgaste que inviabilize seu uso. A compulsão pelo novo provocada por esse mecanismo, evidentemente, se adapta melhor a alguns tipos de produtos do que a outros: peças do vestuário e acessórios, por exemplo, se integram com mais propriedade a essa cultura da novidade.

A considerável expansão do universo da moda e a visibilidade por ele conquistada confirmam o espaço privilegiado dessas atividades na sociedade contemporânea. Contudo, apesar de a lógica da obsolescência ser mais compatível com alguns produtos, observa-se que ela tem expandido seu domínio para um número cada vez maior de esferas da vida humana. Atualmente inúmeras atividades passaram a estar submetidas à lógica da produção de mercadorias típica da sociedade capitalista. A moda, conceito que surge para designar as mudanças periódicas no gosto ou no estilo, deixa de se restringir ao âmbito da produção e do consumo de roupas e acessórios e passa a ser aplicada às mais variadas atividades humanas.

Um outro aspecto que pode ser considerado uma decorrência dessa necessidade de aceleração do tempo de giro do consumo diz respeito a uma mudança de ênfase na produção. A produção de bens, cuja duração pode estender-se por um longo período, estaria sendo suplantada pela produção de eventos, cujo tempo de giro é quase instantâneo.

A partir da compreensão desse movimento de incorporação da esfera cultural à lógica da mercadoria, podemos entender a posição de Jameson (1996) de que o pós-modernismo não é um estilo artístico ou uma manifestação cultural circunstancial, mas a própria lógica cultural do capitalismo tardio. Nesse sentido, o pós-modernismo é caracterizado pelo autor, dentre outros aspectos, por uma relação de reciprocidade entre a lógica da produção cultural e a lógica da produção das mercadorias em geral. Pois, se é verdade que a produção cultural se aproxima da produção de qualquer mercadoria, pode-se afirmar, também, que a mercantilização é uma estetização, ou seja, que a mercadoria é também consumida ‘esteticamente’. Trata-se, portanto, de um movimento que vai da economia para a cultura; mas igualmente e de modo não menos significativo da cultura para a economia (JAMESON, 2001)<sup>14</sup>.

O que ocorreu é que a produção estética hoje está integrada à produção das mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas à aviões), com um ritmo de turn over cada vez maior, atribui uma posição e uma função estrutural cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo. (JAMESON, 1996)<sup>15</sup>

Harvey (1993)<sup>16</sup> destaca o papel primordial da mídia nesse processo de imbricação entre cultura e mercadoria ao afirmar que o controle do fluxo de informações e dos veículos de propagação do gosto e da cultura populares se converteu em arma vital na batalha competitiva. Sendo uma das principais formas utilizadas para estimular os

desejos que movem o consumo, a mídia sintetiza essa relação na medida em que põe às claras o processo de estetização da mercadoria e de mercantilização da cultura. E, assim como o conceito de moda se expandiu para outras esferas da vida, verifica-se também um alargamento dos espaços tradicionalmente dedicados à divulgação de marcas e de idéias. A propaganda hoje não se restringe mais aos veículos de comunicação tradicionais como rádios, jornais, e TVs, mas pode alcançar espaços inusitados, tais como as camisas dos times de futebol, os transportes coletivos da cidade, as fachadas dos prédios e onde mais a imaginação dos publicitários conseguir alcançar.

Valença, I. (2003)<sup>17</sup> aponta, por exemplo, como as escolas de samba se transformaram em espaços de mídia a partir do fenômeno dos enredos patrocinados. O caso estudado pela pesquisadora trata do acordo firmado entre a empresa Vale do Rio Doce e a Escola de Samba Grande Rio para o desenvolvimento de um enredo sobre mineração no carnaval de 2003. O caso em questão é exemplar pela amplitude que apresenta, já que superou o mero patrocínio do enredo, prática relativamente comum no carnaval carioca de alguns anos para cá. A pesquisa revela que a “parceria” foi parte de um grande projeto de comunicação da empresa, que visava promover uma maior aproximação da Vale do Rio Doce com a sociedade brasileira por meio da associação da sua imagem ao carnaval.

Para Harvey (1993)<sup>18</sup>, a aproximação cada vez maior entre diferentes campos da atividade humana dominados pela lógica empresarial significa que as lutas, antes travadas exclusivamente na arena da produção, passam também a influenciar a produção cultural, tornando-a igualmente uma arena de implacável conflito social. E, por compartilhar desse entendimento, Jameson (1996)<sup>19</sup> ressalta a necessidade de refletir sobre o pós-modernismo, sem cair na simples condenação ou na celebração complacente desse mundo estético, com as suas dimensões econômicas e sociais.

A centralidade assumida pelas atividades culturais na economia nos dias atuais coloca o trabalho e os trabalhadores da cultura em um lugar de destaque. Assim, torna-se fundamental analisar os impactos do padrão de acumulação flexível sobre o trabalho daqueles que lidam em seu dia-a-dia com a produção de eventos culturais. Tal necessidade nos levou a empreender um estudo acerca dos impactos da consolidação do padrão de acumulação flexível sobre a situação dos trabalhadores. É o que veremos na segunda parte deste texto.

## ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E A CONFORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

A implementação de políticas econômicas restritivas, propugnadas pelo neoliberalismo, e a adoção do toyotismo, a partir de fins dos anos 70, levaram a classe trabalhadora a amargar, desde então, inúmeras perdas em várias áreas: previdenciária, sindical, salarial, trabalhista, dentre outras. Contudo, nenhuma delas foi tão violenta quanto o desemprego estrutural que emergiu com uma força até então desconhecida. É verdade que, historicamente, como ressalta Hobsbawm, “a tendência geral da industrialização foi substituir a capacidade humana pela capacidade das máquinas, [...] jogando com isso pessoas para fora dos empregos” (1995)<sup>20</sup>. Apesar disso, o historiador afirma que o otimismo predominou ao longo de quase toda a “Era de Ouro”<sup>21</sup>. A partir dos anos 50/60 esse otimismo perdeu densidade, mas foi somente nos anos 70 que ele foi definitivamente abandonado, a partir da disseminação de uma percepção geral de que os empregos perdidos não retornariam.

Para Hobsbawm (1995), essa percepção cristalizou-se não apenas porque a nova divisão internacional do trabalho transferiu unidades industriais de velhos países para outros de industrialização mais recente. O fato é que mesmo os países recém-industrializados

eram governados pela lógica férrea da mecanização, que mais cedo ou mais tarde tornava até mesmo o mais barato ser humano mais caro que uma máquina capaz de fazer o seu trabalho, e pela lógica igualmente férrea da competição de livre comércio genuinamente mundial. Mesmo barato como é o trabalho no Brasil, [...] a indústria automobilística em São Paulo enfrentava os mesmos problemas de crescente redundância de trabalho causada pela mecanização que em Michigan e na Baixada Saxônica [...]. O desempenho e a produtividade da maquinaria podiam ser elevados constantemente, [...] e seu custo, dramaticamente reduzido. O mesmo não se dava com o desempenho dos seres humanos, como demonstra uma comparação das melhoras na velocidade do transporte aéreo com o recorde dos cem metros. [...] Os seres humanos não foram eficientemente projetados para um sistema capitalista de produção. Quanto mais alta a tecnologia, mais caro o componente humano de produção comparado com o mecânico. (HOBSBAWM, 1995)<sup>22</sup>

A dimensão mais trágica do mundo do trabalho em nosso tempo decorre justamente do fato de a produção dispensar os seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gera novos empregos. Situação agravada pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos – que direta ou indiretamente eram os

maiores empregadores individuais – e pela afirmação dos ideais do livre mercado (HOBBSAWM, 1995)<sup>23</sup>. Mas é preciso considerar que o desemprego, embora seja de fato a face mais visível e mais cruel das mudanças em curso, representa somente um dos aspectos de uma reestruturação radical do mercado de trabalho que aparece de modo bastante desfavorável para a classe trabalhadora.

A ampliação do desemprego estrutural teve grande impacto sobre as formas tradicionais de organização dos trabalhadores, reduzindo suas margens de negociação e ampliando os poderes dos empregadores. À aceleração do processo de reestruturação produtiva, nos moldes anteriormente descritos, correspondeu uma tendência de redução do número de trabalhadores centrais. As empresas têm optado por adotar cada vez mais os contratos de tempo parcial ou temporários, pois essa força de trabalho pode ser dispensada sempre que houver necessidade. Assim, se do ponto de vista das empresas a flexibilidade constitui um modo de se adaptar à nova realidade de um mercado cada vez mais competitivo, do ponto de vista dos trabalhadores ela tem representado uma crise de proporções nunca vistas.

Como resultado dessa tendência, Harvey (1993)<sup>24</sup> identifica uma estrutura de mercado de trabalho com um centro e uma periferia. O centro seria composto por trabalhadores em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo das organizações. Esse grupo teria maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem e outras vantagens e deveria atender à expectativa de ser adaptável e flexível e, se necessário, geograficamente móvel. A periferia do mercado de trabalho seria composta por dois grupos bem distintos: o primeiro, caracterizado pela alta rotatividade, é integrado por empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como secretárias, pessoal do setor financeiro e de trabalho manual menos especializado. O segundo grupo periférico seria ainda maior e teria menos segurança que o primeiro; inclui empregados em tempo parcial e pessoal com contrato por tempo determinado. Esse grupo, segundo as evidências, é o que mais tem crescido nos últimos anos. Hobsbawm (1995)<sup>25</sup> chama atenção para um outro grupo que, excluído do mercado de trabalho, sobrevive nos países ricos do sistema previdenciário e nos países pobres da economia informal ou paralela.

Diversas categorias de trabalhadores passaram a ter em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais. Com o Estado reduzido a uma dimensão mínima, os regimes e contratos de trabalho desregulamentados e sindicatos enfraquecidos, os trabalhadores vêm sendo cada vez mais submetidos à instabilidade e à precariedade. As formas de organização da classe trabalhadora, como os sindicatos, perderam bastante força não apenas em função do aumento do desemprego e da desregulamentação dos contratos de trabalho, mas também do sistema de terceirização que descentraliza os processos de trabalho. Os sistemas de trabalho domésticos e familiares, característicos da organização flexível do trabalho, dificultam ou praticamente inviabilizam a organização sindical.

É preciso considerar que o modelo de flexibilização do trabalho difundido a partir do Japão tem-se expandido sob formas menos “puras” e mais híbridas por todo o mundo, ganhando contornos distintos, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais etc., dos diversos países onde são vivenciadas. Nesse sentido, apesar das características comuns mencionadas anteriormente, as transformações que se puseram em curso mundialmente têm provocado um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2002)

Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; [...] vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado.<sup>26</sup>

Para reforçar sua argumentação, Antunes (2002)<sup>27</sup> baseia-se, por exemplo, nos dados apresentados por Gorz, que apontam uma redução substancial dos trabalhadores empregados na indústria nos principais países industrializados da Europa Ocidental. Segundo essas informações, nos anos 1940 os trabalhadores ocupados na indústria representavam cerca de 40% da população ativa. Nos anos 1990 esse percentual estava próximo de 30%, e as projeções daquela ocasião indicavam que no início do século ela estaria em torno de 20 ou 25%.

Para Antunes (2002)<sup>28</sup>, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto<sup>29</sup> nas unidades produtivas mais avançadas, ao mesmo tempo que oferece a possibilidade de o trabalhador se aproximar daquilo que Marx (apud ANTUNES, 2002)<sup>30</sup> chamou de supervisor do processo de produção, o que certamente liberaria mais tempo livre para o lazer e para a sua formação artística e cultural, revela a impossibilidade de sua efetivação dentro da

lógica do sistema capitalista. Segundo o autor, ao mesmo tempo que o capitalismo desenvolve a tecnologia a tal ponto que, no limite, ela possa prescindir do homem, transformando-o em mero regulador do processo, ele converte o tempo de trabalho em medida e fonte de riqueza. Assim fica evidenciado que sob o modo de produção capitalista é impossível eliminar o trabalho como fonte criadora de valor; sob o capitalismo pode tão-somente haver uma mudança no interior do processo de trabalho, no sentido de uma maior intelectualização do trabalho social, como decorrência do avanço tecnológico. (ANTUNES, 2002)<sup>31</sup>

Cabe destacar ainda que mesmo esse processo de maior intelectualização do trabalho é limitado nas condições atuais, já que a maior parte dos trabalhadores não tem acesso a um tipo de trabalho mais intelectualizado. É o que confirma Antunes (2002) quando enfatiza que enquanto vários setores verificaram uma intelectualização do trabalho do operário, inúmeros outros foram

atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram, de um lado, à desespecialização do operário industrial oriundo do fordismo e, por outro, à massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), os parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da economia informal, enfim, a esse enorme contingente que chega até a faixa de 50% da população trabalhadora de países avançados, quando nele se incluem também os desempregados, que alguns chamam de proletariado pós-industrial e que nós preferimos chamar de *subproletariado*.<sup>32</sup> (ANTUNES, 2002.)

A desespecialização imposta pelos regimes de trabalho flexíveis representa um esvaziamento do saber dos trabalhadores. Por isso, Antunes identifica no mundo do trabalho hoje um movimento contraditório: “*ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores*”; movimento que “*superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros.*” (2002)<sup>33</sup>

Um outro aspecto fundamental quando se analisa o mundo do trabalho contemporâneo diz respeito à questão da alienação<sup>34</sup>. Afirma-se que o modelo da acumulação flexível teria suprimido a alienação do trabalho, própria do modelo fordista, que separava elaboração e execução. Para o autor, as novas condições de trabalho impostas pelo toyotismo não suprimem o estranhamento, pelo contrário o ampliam. Se a introdução da microeletrônica é um dos fatores que contribui para a ampliação do estranhamento do homem em relação ao trabalho, como veremos mais adiante, o seu efeito mais perverso manifesta-se em termos de valores.

O processo de conformação do trabalhador à flexibilização se deu, em grande parte, por meio da incorporação do seu ideário por amplas parcelas da classe trabalhadora. Para Antunes (2002)<sup>35</sup>, a alienação encontra-se presente e até mesmo intensificada nos trabalhadores submetidos às formas de organização do trabalho toyotistas. Enquanto as formas de organização do trabalho fordistas eram regidas por uma lógica despótica, e por isso mesmo mais clara, o toyotismo exige um tipo de envolvimento que torna mais difícil a identificação da exploração e da alienação.

O *estranhamento* próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e de como produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria. A existência de uma atividade autodeterminada, em todas as fases do processo produtivo, é uma absoluta impossibilidade sob o toyotismo, porque seu comando permanece movido pela lógica do sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2002, grifos do autor)<sup>36</sup>

E não apenas isso, pois a expansão do modelo toyotista de produção industrial para os demais setores produtivos da economia e a sua universalização, resguardadas as condições específicas de cada país, atingiria em cheio, além do clássico trabalhador industrial, “*o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação*” (ANTUNES)<sup>37</sup>.

É o que Sennett (2002)<sup>38</sup> coloca em relevo com a análise que empreende de um conjunto de situações de trabalho marcadas pela lógica do novo padrão de acumulação. O autor destaca questões cruciais para a compreensão dos impactos das novas formas de organização do trabalho sobre a dimensão humana do trabalhador, ou sobre aquilo que Antunes (2002)<sup>39</sup> chama de sua “subjetividade”. Considerando o alcance do presente texto, tratarei de duas delas: a ênfase nas relações de curto prazo e a perda de sentido do trabalho, típicas das formas flexíveis de organização do trabalho.

A ênfase nas relações de curto prazo estaria relacionada à perda do sentido de “linearidade do tempo”, que

orientou as gerações que viveram sob a égide do fordismo, lhes permitindo um planejamento de longo prazo e a construção de uma narrativa para as suas vidas. Vivendo em um mundo instável e baseado em relações de trabalho precárias, as novas gerações estariam marcadas pela fragmentação do tempo. Adaptadas ao lema “não há longo prazo”, essas novas gerações não teriam a possibilidade de estabelecer relações profissionais e pessoais duradouras. O esquema de curto prazo das instituições modernas limitaria o amadurecimento da confiança, da lealdade e do compromisso mútuo, gerando uma espécie de vazio na vida pessoal e profissional.

O outro aspecto abordado por Sennett (2002)<sup>40</sup> que nos interessa mais de perto é a questão do vínculo dos trabalhadores com o trabalho organizado pela lógica da flexibilidade. Tomando como objeto de análise uma padaria localizada na cidade de Boston, o autor destaca a forma como as mudanças ocorridas nos processos de trabalho, a partir da introdução de novas tecnologias e de novas formas de gestão, geraram uma fraca identidade com o trabalho.

A comparação entre o processo tradicional de fabricação de pães, feito manualmente, e aquele que passa a ser adotado a partir da introdução de um sistema computadorizado, é tomada como ponto de partida. Se antes a fabricação de pães exigia anos de treinamento, agora depende, apenas, da combinação de toques em determinados botões. Se antes o pão estava associado ao contato físico com os ingredientes, com a massa, com o calor dos fornos, agora ele é apenas uma representação em uma tela.

Os padeiros da antiga padaria de Boston tinham orgulho de sua profissão e cultivavam uma solidariedade que se desdobrava no trabalho: cooperavam para coordenar as variadas tarefas da padaria. Demonstravam um senso de comunidade e identidade construído por meio de um conjunto de orientações, que organizava sua experiência de longo prazo. A introdução da tecnologia no processo de fabricação de pães teria sido responsável pela desqualificação dos padeiros e pela simplificação do seu trabalho, ao ponto de retirar-lhe todo o interesse. Ela teria, portanto, tornado o compromisso com o trabalho superficial, uma vez que a máquina trouxe para os padeiros uma dimensão ininteligível do seu trabalho.

A análise de Sennett (2002)<sup>41</sup> sobre o contexto no qual estamos imersos sinaliza para o fato de que o fim do “longo prazo” é o que há de mais tangível nas mudanças em curso. Talvez seja essa a expressão mais forte do significado da flexibilidade que, ao conformar o trabalho em ilhas formando uma espécie de “arquipélago” acessível apenas virtualmente, deflagrou um tipo novo de estranhamento que se caracteriza não pela alienação, no sentido clássico, mas por uma indiferença em relação ao trabalho e quiçá até à própria vida.

## **A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SAMBA**

A abordagem realizada pelos autores anteriormente mencionados nos possibilitou uma melhor compreensão das formas de organização do trabalho nos barracões das escolas de samba. Ao articular as questões teóricas, em parte explicitadas neste texto, com os dados da pesquisa empírica por nós realizada, chegamos a alguns resultados, que passamos a expor. Antes, porém, apresentaremos nosso campo de pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados.

A preparação do desfile de uma escola de samba dá-se a partir de dois núcleos organizativos: a quadra, sede da escola, onde realizam-se as atividades políticoadministrativas e sociais, e o barracão, onde ocorre a produção dos carros alegóricos que serão apresentados na Avenida. Nosso campo de pesquisa foi o barracão do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano, agremiação integrante do Grupo Especial das escolas de samba do Rio de Janeiro. No barracão, os carros alegóricos da escola são montados, anualmente, por uma equipe de trabalhadores de diferentes especialidades, tendo em vista às exigências estéticas da narrativa de um enredo concebido pelo carnavalesco. Este é também responsável por comandar a montagem dos carros no barracão, de acordo com um plano de trabalho previamente definido.

Ao longo de nossa pesquisa, acompanhamos o desenvolvimento do trabalho de preparação dos carros alegóricos para o carnaval de 2004. Dezesseis equipes de profissionais participaram do processo: ferragem, carpintaria/marcenaria, escultura, laminação, empastelação, pintura de arte, alumínio, espuma 1, espuma 2, decoração, iluminação, mecânica, movimento, vime, néon e espelho. Dentre elas, somente as equipes de ferragem, carpintaria/marcenaria, escultura, laminação e empastelação permaneceram no barracão durante todo o período de preparação do carnaval, já que elas são responsáveis pela construção dos elementos estruturais dos carros alegóricos sobre os quais as demais equipes irão trabalhar. Além das equipes especializadas, o “corpo funcional” do barracão é composto por uma brigada de incêndio<sup>42</sup>, porteiros, seguranças, faxineiros e cozinheira. A administração de todo o trabalho é realizada por três dirigentes da escola, enquanto a concepção do enredo e a coordenação da produção dos carros alegóricos no barracão cabem ao carnavalesco.

Nossa pesquisa concentrou-se nas equipes de ferragem, carpintaria, escultura, fibra e empastelação em virtude da importância destas equipes no processo de construção dos carros e, também, pelo fato de sua permanência no barracão ser mais longa do que a das demais equipes. Além disso, incorporamos ao grupo os dirigentes e o

carnavalesco, em função de sua posição estratégica para o desenvolvimento do trabalho. Nosso universo de análise abrangeu 29 pessoas, sendo seis chefes de equipe, 19 trabalhadores, três dirigentes e o carnavalesco. Adotamos como procedimentos de investigação a observação, realizada de outubro de 2003 a fevereiro de 2004, a coleta informações de natureza quantitativa, por meio de um questionário respondido por todos os envolvidos, e a coleta de informações qualitativas por meio de entrevistas realizadas com um grupo reduzido.

Nosso ponto de partida foi o contraste por nós identificado entre a grandeza do espetáculo apresentado pelas escolas de samba e a precariedade das condições de trabalho a que são submetidos os profissionais responsáveis por sua produção. Contraste que se relaciona à forma específica como esses trabalhadores estão inseridos no padrão de acumulação que vem se implantando no país. Apesar do processo de profissionalização em curso nas escolas de samba, observamos que as condições de trabalho no barracão permanecem dominadas pela informalidade, analisada por nós sob duas dimensões: uma relacionada à precariedade da infra-estrutura disponível para o desenvolvimento do trabalho e outra concernente às relações trabalhistas vigentes.

O galpão apertado, mal iluminado e sem espaços de serviço – tais como vestiários, banheiros, refeitório ou mesmo almoxarifado – adequados, em nada lembra a grandiosidade da passarela do samba<sup>43</sup>. A infra-estrutura de trabalho nos barracões não era, de modo algum, compatível com a importância das escolas de samba para a cultura e para a economia da cidade<sup>44</sup>. Magalhães (2004), carnavalesco da escola, ressalta algumas das dificuldades encontradas para a produção de um carnaval naquelas condições:

Eu acho que, por ser a maior festa popular do mundo, a infra-estrutura do nosso carnaval hoje em 2004 ainda não é a infra-estrutura que nós deveríamos ter. A gente tem ainda problemas sérios. (...) Hoje eu trabalho no barracão com um limite de quatro metros e meio, para um carnaval que tem que chegar a oito, nove metros na Avenida. É difícil, a gente tem dificuldades em levar os carros para a Avenida, a gente tem dificuldade de chegar até a Avenida pelos viadutos, dificuldades... enfim... A dispersão é difícil para você chegar com os carros ao final do desfile, para depois sair por uma rua muito apertadinha.<sup>45</sup>

A segunda dimensão de informalidade por nós observada refere-se a ausência de vínculo empregatício entre os trabalhadores e a escola. O trabalho no barracão organiza-se a partir das equipes de profissionais, sendo os chefes de equipe responsáveis por estabelecer o “contrato” com a escola de samba e, considerando o número de carros alegóricos e a complexidade de cada um deles, montar uma equipe para executar o trabalho. Ele responde junto à diretoria da escola tanto pelo resultado do trabalho quanto pela administração da mão-de-obra, inclusive no que se refere à remuneração.

Há que se considerar, ainda, que as atividades desenvolvidas no barracão são temporárias, variando o tempo de permanência das equipes em função das tarefas a serem desempenhadas. Moreira (2004), auxiliar de laminação, sintetiza a questão da seguinte maneira:

O barracão é só aquele tempo ali. (...) A gente que trabalha no barracão, a gente ganha tanto, X, mas isso só é enquanto o barracão está funcionando. Eu cheguei a trabalhar seis meses em barracão e acabar o carnaval e cair para outra, trabalhar em outro lugar. (...) Deviam assinar carteira, porque o barracão é uma indústria, cada barracão é uma indústria. Se as pessoas assinassem carteira para trabalhar não só o mês de carnaval, mas o ano todo, tivessem todos os direitos que o trabalhador tem, seria melhor, a pessoa ia trabalhar feliz, sabendo que tinha todos os direitos do trabalhador. Porque a pessoa que trabalha no barracão, ele é um trabalhador. Além de ser um artista, ele é um trabalhador.<sup>46</sup>

Como podemos perceber, a instabilidade e a precariedade de emprego e de remuneração, o desamparo com relação aos direitos trabalhistas, a ausência de representação sindical e de garantias mínimas por parte do Estado fazem parte do dia-a-dia dos trabalhadores do barracão. Essa situação os coloca no centro daquele grupo que Harvey (1993)<sup>47</sup>, ao caracterizar o mercado de trabalho, chamou de “segundo grupo periférico”, que é composto por empregados em tempo parcial e por pessoal com contrato por tempo determinado; ou ainda daquele grupo que atua na economia informal ou paralela “por meio de uma combinação de pequenos empregos, serviços, expedientes, compra, venda (...)”. (HOBBSAWM, 1995)<sup>48</sup>

No entanto, apesar de imersos nessa realidade de precariedade que a flexibilidade impõe, não percebemos durante o período em que estivemos no barracão nenhuma identificação do trabalho que lá se desenvolve com aquilo que popularmente conhecemos como “bico” ou “viração”. Por isso, podemos afirmar que apesar do vínculo de trabalho precário, caracterizado pelos trabalhadores a partir de expressões como “verbal”, “de boca” ou “palavra de honra”, em nenhum momento sua atividade é encarada por eles como transitória. Para eles, aquele é um local de trabalho onde desempenham sua profissão.

No barracão, todos têm atribuições muito bem definidas e uma consciência precisa de qual é a sua

responsabilidade no processo, desde os trabalhadores que executam o trabalho mais complexo até aqueles que realizam as atividades mais simples. Foi comum ouvirmos durante o trabalho de campo no barracão frases que evidenciam essa consciência, tais como: “é isso que eu faço”; “é por isso que eu sou responsável”; “eu sou ferreiro”; “sou chefe da equipe”; “sou auxiliar” ou ainda, “cada um tem sua função aqui dentro”. Canuto, um dos chefes da equipe de carpintaria, por exemplo, resume o seu trabalho da seguinte maneira: “eu sou carpinteiro cenográfico. Minha função é fazer a cenografia. É tirar da planta e elevar um carro para oito metros, quatro metros de altura.” (2004)<sup>49</sup>

O fato de as funções no barracão serem extremamente bem delimitadas não minimiza as exigências de intensa colaboração por parte de todos os envolvidos. Colaboração que pode ser identificada, tanto na interação entre as equipes, quanto na organização do trabalho no interior de cada uma delas. Junto aos escultores encontramos o exemplo mais acabado dessa perspectiva do trabalho coletivo em uma equipe. Lá as peças não são confeccionadas por um único escultor. Uma mesma peça passa por várias mãos, muitas vezes simultaneamente. Para Canuto Neto (2004), escultor, que já trabalhou em outras equipes de escultura, organizadas em torno de uma outra lógica, essa foi uma experiência enriquecedora.

Eu nunca tinha trabalhado desta forma: quando um começa nem sempre aquele que começou termina a escultura. Sempre, numa escultura só, um, dois, três ou quatro mexem. Então, fica um trabalho criativo, porque são vários gostos misturados, vários pensamentos e assim ele (o chefe) consegue que as esculturas saiam de forma bem bonita. (CANUTO NETO, 2004)<sup>50</sup>

Essa forma de trabalhar estimula a troca de experiências e faz com que o grupo esteja, boa parte do tempo, em busca das melhores soluções para desenvolver seu trabalho. A colaboração foi um dos aspectos que teve maior visibilidade na observação do trabalho no barracão. Apesar de a concepção dos carros ser da competência do carnavalesco, todos no barracão são unânimes em afirmar a dimensão coletiva do trabalho. O próprio carnavalesco destaca:

a gente não faz o carnaval sozinho, cada um tem sua parte: desde a ferragem, madeira, escultores, laminadores, decoradores, enfim, o que a gente vê na Avenida é o resultado do trabalho de um grupo muito grande, embora seja projetado pelo carnavalesco, pelo artista que dirige o trabalho. (MAGALHÃES, 2004)<sup>51</sup>

A afirmação de Magalhães (2004)<sup>52</sup> revela um elemento importante que está presente no trabalho do barracão e que foi apontado por muitos trabalhadores como um dos aspectos positivos do trabalho que desenvolvem: o companheirismo e o espírito de coletividade. Aspectos que se revelaram em muitos momentos ao longo da minha permanência no barracão e que estão fortemente relacionados a uma característica peculiar das equipes que lá atuam: a maior parte delas se organiza, basicamente, em torno de relações familiares ou de compadrio. Contribui também para fortalecer os elos que ligam os trabalhadores uns aos outros o fato de que muitos deles trabalham juntos há muito tempo. Vanderlei Canuto e Juraci Alves Gonçalves, responsáveis pelo setor de carpintaria/ marcenaria do barracão do Império Serrano, por exemplo, trabalham juntos há 22 anos. Já boa parte dos integrantes da equipe de fibra veio para o carnaval há 12 anos, depois de ter trabalhado por muito tempo em uma fábrica de carroceria de ônibus.

As noções de companheirismo e colaboração estão muito presentes na fala dos trabalhadores. Ao serem indagados sobre os aspectos positivos do trabalho que realizam destacaram, quase sempre, a idéia de solidariedade. Assim, Canuto, carpinteiro, aponta como aspecto que mais lhe agrada no trabalho “a amizade, a união. Aí une ferreiro, carpinteiro, com decorador, com o carnavalesco e com o encarregado do barracão. Então, a gente se une... une essas pessoas todas e o trabalho corre maravilhosamente bem. Perfeito, mais que perfeito.” (2004)<sup>53</sup>

Entendimento que é compartilhado por Carneiro, laminador, que destaca como positiva “uma harmoniazinha de trabalho. Por exemplo, a equipe que eu trabalho a gente já conhece há muito tempo. A gente vem de muitos anos trabalhando junto. Aí, quer dizer, dá uma integração melhor.” (2004)<sup>54</sup> Para confirmar que essa idéia perpassa as várias equipes do barracão vale citar o depoimento de Silva (2004), chefe da ferragem, que, ao ser perguntado acerca do que mais gosta em seu trabalho, afirma:

Eu gosto de um todo. Mas especificamente, especialmente da convivência com o pessoal que é todo mundo alegre, brincando. Eu, principalmente, que graças a Deus só tenho amigos nesse meio. Se tenho inimigos não sei, mas eu só tenho amigos. E também porque é um clima bom, um clima assim: na mesma hora que está todo mundo rindo, brincando, daqui a pouco está discutindo, mas sem agressão. Daqui a pouco está todo mundo na boa. Então, quer dizer, a gente passa a gostar disso aí.<sup>55</sup>

Além da existência dessas conexões que ligam os trabalhadores uns aos outros, verificamos que os profissionais que atuam no barracão estabelecem um vínculo extremamente positivo com o trabalho e com o seu produto. Este tipo de vínculo os coloca em um nível de relação com o trabalho bastante distinto daquele que foi descrito por Sennett (2002)<sup>56</sup>, que caracterizava-se, fundamentalmente, pela ausência de identidade com o trabalho. Autonomia, diversificação de tarefas, realização pessoal e visibilidade dos resultados são aspectos ressaltados pelos trabalhadores por nós entrevistados como extremamente positivos nas atividades por eles desempenhadas. Para Santos (2004), escultor, a satisfação com o resultado do trabalho é o ponto forte. Sobre os aspectos positivos do seu trabalho, ele declara:

Para mim, basicamente, é a realização pessoal. É a consciência de estar fazendo um trabalho bonito. (...) Então, isso te traz muita felicidade. Você ver uma escola passar, desfilar e você olhar e dizer: “nossa, eu também participei disso. A minha mãozinha também está ali, no meio dessa história toda”. Então, isso é uma grande satisfação, é uma grande alegria. (SANTOS, 2004)<sup>57</sup>

Amaral, ferreiro, compartilha essa opinião, respondendo à mesma questão da seguinte maneira: “aspecto positivo é só você poder ver na Avenida o seu trabalho ali presente. Você tem aquela alegria de saber que você ajudou a construir aquilo. Aquela alegoria que você estava fazendo.” (2004)<sup>58</sup> Magalhães (2004) também ressalta que a visibilidade que o trabalho ganha na Avenida é o seu aspecto mais positivo. Em suas palavras:

O que eu acho mais positivo é a sua satisfação, a sua felicidade de ver o seu trabalho, uma coisa que você cria com tanto carinho no papel, projetado num desfile impressionante, grandioso; num desfile de uma festa que é considerada a maior festa popular do mundo. Eu acho que isso é uma satisfação incrível de você ver: o seu trabalho acontecer na Avenida, sendo julgado pelas pessoas que vêem o seu trabalho. (MAGALHÃES, 2004)<sup>59</sup>

Para finalizar, gostaríamos de destacar a importância que o espaço tem no estabelecimento desses vínculos positivos com o trabalho, apesar da precariedade anteriormente mencionada. O espaço do barracão é bastante exíguo e, apesar de ao menos as equipes permanentes terem seus espaços de trabalho delimitados em suas oficinas, não há barreiras físicas que impeçam o acesso a qualquer um dos setores. No barracão apenas os vestiários, os banheiros e as salas da administração e do almoxarifado têm portas, o que não significa, necessariamente, restrição de acesso.

Este tipo de planta favorece o convívio e a circulação de pessoas e conhecimentos. À medida que o trabalho vai se desenvolvendo e novas equipes incorporam-se ao barracão, todos os espaços vão sendo ocupados pelas equipes, por seus materiais e pelo produto do seu trabalho. Do chão do barracão à parte superior dos carros, no galpão, nas oficinas ou a céu aberto, tudo está a serviço de uma atividade que se torna mais intensa à medida que o carnaval se aproxima, forçando uma convivência cada vez mais intensa entre os trabalhadores.

## CONCLUSÕES

Ao articular os dados das pesquisas teórica e empírica, identificamos um movimento contraditório no que se refere à situação de trabalho dos trabalhadores dos barracões: embora eles estejam formalmente presos às mazelas da flexibilidade apontadas por Harvey (1993)<sup>60</sup>, Antunes (2002)<sup>61</sup> e Hobsbawm (1995)<sup>62</sup>, do ponto de vista pessoal e emocional não observamos a presença dos aspectos identificados por Sennett (2002)<sup>63</sup> como responsáveis pela “corrosão do caráter” do trabalhador contemporâneo. Pelo contrário, no barracão pudemos perceber a manifestação clara de uma forte identidade com o trabalho e o estabelecimento de vínculos duradouros. Constatamos também que os trabalhadores do barracão não estão “à deriva”, no sentido atribuído ao termo por Sennett (2002)<sup>64</sup>. Pelo contrário, eles são reconhecidos no seu grupo social e possuem um senso de coletividade que fortalece a sua identidade. A maioria das equipes trabalha junta há muitos anos, o que lhes possibilita testemunhar a trajetória de vida de seus companheiros. Assim, o trabalho no barracão não está sob o domínio daquele tipo de relação de curto prazo que, segundo Sennett (2002)<sup>65</sup>, limita o amadurecimento da confiança informal e enfraquece os laços entre as pessoas, esmaecendo as qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros. As relações de trabalho que se estabelecem no barracão vão no sentido oposto a essa tendência. Lá, relações de longo prazo permitem o amadurecimento da confiança, da lealdade e do compromisso mútuo. Nesse sentido, percebemos que a organização do trabalho em equipes, constituídas a partir de relações de parentesco e de compadrio, oferece um sentido de proteção ao trabalhador e favorece o fortalecimento desses vínculos fraternos e solidários ressaltados com frequência pelos trabalhadores do barracão,

ao longo da pesquisa.

Contudo, apesar do vínculo com o trabalho e com os colegas, e do conhecimento que tem do processo de “construção” dos carros alegóricos, verificamos no barracão a manifestação de uma das formas mais características da alienação no trabalho: a separação entre concepção e execução. E isso ocorre porque os trabalhadores não têm acesso à concepção do enredo, sendo esta restrita ao carnavalesco e/ou à diretoria da escola. Essa constatação nos oferece mais um indicador de que “a existência de uma atividade autodeterminada, em todas as fases do processo produtivo, é uma absoluta impossibilidade” sob o capitalismo. (ANTUNES, 2002)<sup>66</sup>

É preciso, por fim, destacar que a alienação refere-se, também, ao esvaziamento do sentido do trabalho enquanto produtor de valores de uso, ao qual o trabalhador tem que se submeter nas condições impostas pelo capitalismo. Nesse sistema, o maior sentido do trabalho passa a ser a garantia da subsistência do trabalhador, que, para tanto, se vê obrigado a transformar sua própria força de trabalho em mercadoria. Nesse sentido, identificamos também a presença da alienação no trabalho do barracão. Apesar de toda a positividade de que se reveste o trabalho no barracão, os trabalhadores não podem desfrutar do momento em que os carros são “consumidos” na avenida. A constatação da ausência de participação dos trabalhadores, não apenas no desfile como também na quadra da escola, nos levou a verificar, na prática, aquilo que Marx<sup>67</sup> afirma acerca da divisão do trabalho sob o capitalismo. Para o autor, é a partir da divisão do trabalho que “se dá a possibilidade, ou melhor, a realidade de que a atividade espiritual e a atividade material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo se apliquem a indivíduos distintos”.

Nesse sentido, procuramos pensar a situação de trabalho dos profissionais envolvidos com a produção dos carros alegóricos a luz da contradição apontada por Marx<sup>68</sup>, segundo a qual ele representa, de um lado, a afirmação da capacidade criativa do homem diante da natureza e, portanto, de sua formação, e, de outro, a redução de sua atividade a moeda de troca no mercado, de acordo com as regras do sistema capitalista.

Identificamos na situação dos trabalhadores do samba essa realidade contraditória: ao mesmo tempo em que vendem sua força de trabalho em um mercado extremamente precário, percebem claramente o sentido do seu trabalho. Situação que nos remete a Manacorda (1991)<sup>69</sup> que, ao analisar a pedagogia marxiana, afirma que o trabalho em seu sentido criador e formador está implícito, ainda que por vezes somente como uma possibilidade, mesmo naquelas atividades que se desenvolvem nas condições impostas pelo capitalismo.

## NOTAS

1 VALENÇA, Máslava Teixeira. A escola dos trabalhadores do samba: um estudo sobre trabalho e educação no barracão do Império Serrano. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFF, 2005.

2 FRIGOTTO, Gaudêncio. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 24.

3 BUENO, André. A educação pela imagem e outras miragens. Revista Trabalho, educação e saúde, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 23- 44, mar. 2003.

4 FRIGOTTO, Gaudêncio. (2001) op. cit., p. 30.

5 Organização do trabalho a partir de linhas de montagem e separação das atividades desempenhadas pela gerência, concepção, controle e execução.

6 HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos : o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

7 HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993. p. 140.

8 GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

9 Id. *ibid.*, p. 388.

10 Id. *ibid.*, p. 391.

11 RODRIGUES, José. O moderno príncipe industrial : o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

12 HARVEY, David. (1993) op. cit.

13 Id. *ibid.*

14 JAMESON, Frederic. A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 23.

15 Id. Pós-modernismo : a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ed. Ática, 1996. p. 30.

16 HARVEY, David. (1993) op. cit.

- 17 VALENÇA, Inês Teixeira. O espetáculo da tradição: um estudo sobre as escolas de samba e a indústria cultural. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- 18 HARVEY, David. (1993) op. cit.
- 19 JAMESON, Frederic. (1996) op. cit.
- 20 HOBSBAWM, Eric. (1995) op. cit., p. 402.
- 21 Período que se inicia logo após a Segunda Guerra Mundial, quando os países vencedores alcançam uma relativa estabilidade econômica, política e social.
- 22 HOBSBAWM, Eric. (1995) op. cit., p. 403-404.
- 23 Id. ibid.
- 24 HARVEY, David. (1993) op. cit.
- 25 HOBSBAWM, Eric. (1995) op. cit., p. 405.
- 26 ANTUNES, Ricardo. (2002) op. cit., p. 49.
- 27 Id. ibid.
- 28 Id. ibid.
- 29 Trabalho vivo é o que é realizado diretamente pelo homem. Trabalho morto é aquele que já se encontra incorporado num meio ou objeto de trabalho. DICIONÁRIO da educação profissional. Belo Horizonte. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.
- 30 MARX. Apud. ANTUNES, Ricardo. (2002) op. cit.
- 31 ANTUNES, Ricardo. (2002) op. cit.
- 32 Id. ibid.
- 33 Id. ibid, p. 62.
- 34 Separação ou a perda sofrida pelo trabalhador de uma parte do seu ser, de sua atividade, da sua construção humana. Ao se sujeitar ao processo de trabalho capitalista, sofre um processo objetivo de desapropriação de si (...). Nessas circunstâncias, a alienação se manifesta em três dimensões principais: 1) em relação aos produtos do trabalho (...); 2) em relação à atividade de trabalho(...); 3) em relação à espécie(...). (FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucilia. Alienação - verbete In: DICIONÁRIO da educação profissional. Belo Horizonte. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000. p. 17.
- 35 ANTUNES, Ricardo. (2002) op. cit.
- 36 Id. ibid., p. 42, grifos do autor
- 37 Id. ibid., p. 43.
- 38 SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Record., 2002.
- 39 ANTUNES, Ricardo. (2002) op. cit.
- 40 SENNETT, Richard. (2002) op. cit.
- 41 Id. ibid.
- 42 A questão da segurança é uma preocupação permanente no barracão. À medida que os carros crescem, cresce também o número de extintores de incêndio e de brigadistas.
- 43 Passarela do Samba Professor Darcy Ribeiro é o nome oficial da Avenida Marquês de Sapucaí, local onde acontece o desfile das escolas de samba do grupo especial, no domingo e segunda-feira de carnaval. É também popularmente conhecido como sambódromo.
- 44 Em setembro de 2005, dois anos após o início da nossa pesquisa, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro entregou às escolas de samba do grupo especial novos barracões, especialmente projetados para abrigar a montagem dos seus carros alegóricos O conjunto arquitetônico situado na zona portuária da cidade recebeu o nome de Cidade do Samba A intenção de seus idealizadores é que o local se transforme em um pólo turístico e cultural da cidade.
- 45 MAGALHÃES, Ilvamar. Entrevista concedida a Máslova Teixeira Valença em jan. 2004. Rio de Janeiro: UFF, 2005.
- 46 MOREIRA, Luis Claudio Santos. Entrevista concedida a Máslova Teixeira Valença em jan. 2004. Rio de Janeiro: UFF, 2005.
- 47 HARVEY, David. (1993) op. cit.
- 48 HOBSBAWM, Eric. (1995) op. cit., p. 405.
- 49 CANUTO, Vanderlei. Entrevista concedida a Máslova Teixeira Valença em jan. 2004. Rio de Janeiro: UFF, 2005.
- 50 CANUTO NETO, João. Entrevista concedida a Máslova Teixeira Valença em jan. 2004. Rio de Janeiro: UFF, 2005.
- 51 MAGALHÃES, Ilvamar. (2005) op. cit.
- 52 Id. Ibid.

53 CANUTO, Vanderlei. op. cit.

54 CARNEIRO, José. Entrevista concedida a Máslova Teixeira Valença em jan. 2004. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

55 SILVA, João Manoel. Entrevista concedida a Máslova Teixeira Valença em jan. 2004. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

56 SENNETT, Richard. (2002) op. cit.

57 SANTOS, Manoel Francisco dos. Entrevista concedida a Máslova Teixeira Valença em jan. 2004. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

58 AMARAL, Leandro Silva do. Entrevista concedida a Máslova Teixeira Valença em jan. 2004. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

59 MAGALHÃES, Ilvamar. (2005) op. cit.

60 HARVEY, David. (1993) op. cit.

61 ANTUNES, Ricardo. (2002) op. cit.

62 HOBSBAWM, Eric. (1995) op. cit.

63 SENNETT, Richard. (2002) op. cit.

64 Id. ibid.

65 Id. ibid.

66 ANTUNES, Ricardo. (2002) op. cit.

67 MARX. Apud. MANACORDA, Mário Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez, 1991. p. 47

68 Id. ibid.

69 MANACORDA, Mário Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez, 1991.

\* Máslova T. Valença. La constitución del modelo de acumulación flexible y los trabajadores del samba.

Trata la situación de los trabajadores de los galpones de las escuelas de samba de la ciudad de Rio de Janeiro frente al proceso de consolidación del modelo de acumulación flexible. Analiza la crisis del “fordismo” y la constitución del mencionado modelo de acumulación, enfatizando la importancia estratégica de la cultura en esa nueva etapa del desarrollo capitalista. Señala los impactos de la constitución del nuevo modelo de acumulación sobre las formas de organización del trabajo y verifica cómo interfiere la nueva configuración del mercado de trabajo en la dimensión humana de los trabajadores. Palabras clave: Trabajo; Acumulación Flexible; Industria Cultural; Calificación; Alienación.

\* Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Assessora técnica da área Imagem Pessoal do Senac - Departamento Nacional. E-mail: maslova9@hotmail.com – maslova@senac.br